

Ensaio 2 – BRI0001 – Temas e Práticas em Relações Internacionais

Guilherme Nogueira Passos – N° USP 10792302 - FD

A conferência oito, do dia oito de outubro, ministrada pelo professor Carlos Henrique de Brito Cruz, procura abordar o tema da ciência e tecnologia frente a nova era em construção. O professor delimita os impactos de um sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em três dimensões: a) impacto social, com o aumento do bem-estar social, assim como o aumento do benefício aos bens públicos; b) impacto econômico, com a criação de novos negócios, assim como o aumento da competitividade; c) impacto intelectual, com o fortalecimento da cultura acadêmica e de inovação. A partir desses impactos, observamos que a ciência pode beneficiar diversas áreas da sociedade, como a busca pela autossuficiência energética, considerando que nosso país possui 40% de sua matriz energética composta por energia renovável, sendo 17,2% advinda da cana-de-açúcar. Pode-se citar também as pesquisas em engenharia aeronáutica, com apoio da Embraer, que buscava, através da fluido-dinâmica computacional, fabricar um jato inovador.

Nada disso acontece, porém, sem profissionais como uma boa base educacional, com pesquisas sempre na vanguarda da inovação, que devem ser lideradas tanto por empresas, quanto por universidades e pelo governo. Enquanto a primeira e a terceira devem concentrar-se na aplicação dos resultados na prática, as universidades devem buscar criar um estoque de pesquisas promissoras, para que estas possam ser selecionadas pelos outros dois agentes. Para isso, é preciso que existam maiores setores de pesquisa dentro das empresas brasileiras, que é comparativamente menor do que os R&D americanos.

Infelizmente, o professor não comenta sobre as forças contrárias que atuam simultaneamente aos impulsos às pesquisas. Com a disseminação cada vez maior do neoliberalismo, observamos movimentos liderados por demagogos, que pregam pela diminuição drástica da intervenção estatal e por corte extremo de gastos. Nesse sentido, as pesquisas universitárias são um dos grandes focos dessa política de austeridade, e podemos observar isso atualmente. O corte de bolsas da FAPESP, que recebe cada vez menos financiamento governamental, e a tentativa de reforma para obrigar a essa instituição a devolver fundos não utilizados, que acarretaria na devolução de 7 bilhões de reais que são bem geridos pela FAPESP, se revela nada menos que um absurdo, e um movimento extremamente correlacionado à expansão dos governos neopopulistas e crescentemente totalitários.

Partindo agora para a conferência nove, a palestrante Simone Casabianca-Aeschlimann aborda o tema da ajuda humanitária na nova era em construção. A partir dessa noção, introduz-se ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que possui como fundamentos a imparcialidade, a

neutralidade e a independência e quem tem por missão a proteção da vida e da dignidade das pessoas que se encontram imersas em conflitos armados e outras situações de violência ou emergência. Existem sociedades nacionais da cruz vermelha e do crescente vermelho em praticamente todos os países, como é o exemplo da Cruz Vermelha do Brasil, e elas formam a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho, formando a maior organização humanitária do mundo. Suas áreas de atuação envolvem o apoio aos serviços penitenciários, aos migrantes e pessoas deslocadas, aos familiares de desaparecidos, além de atuar em cooperação com as forças de segurança e entidades estatais. Como resposta à pandemia, o CICV doou EPIs e kits de higiene para comunidades carentes, além de fornecer apoio à familiares de falecidos por COVID-19.

Apesar da polarização e da fluidez dos fatos, além da imprevisibilidade cada vez maior, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha não pode se dar ao luxo de violar seus valores fundamentais que moldam sua atuação, uma vez que são justamente eles que garantem uma atuação mais efetiva e livre de intervenções de terceiros. Logo, os funcionários precisam muitas vezes se abster de fazer julgamentos morais sobre as atitudes das partes envolvidas nos conflitos, pelo menos no âmbito público, o que inclui a disseminação das opiniões políticas pessoais, ainda que sem vinculação direta com os interesses do CICV.

A partir disso, pode-se observar que a palestrante, por ser membro do CICV, reproduz fielmente os princípios que estruturam a instituição, sem apresentar um contraponto ou uma crítica sólida a estes. Nesse sentido, há necessidade de complementação com a visão da ajuda humanitária menos que imparcial, que foi alvo de discussão em um dos textos disponibilizados. À partir dessa, introduz-se um conceito de diferenciar os inocentes daqueles que efetivamente perpetraram a violência que busca se mitigar. Não defende-se aqui o fim da neutralidade das ações humanitárias, mas talvez uma flexibilização da visão imparcial que a CICV considera imperativa para sua atuação.

Rumo à conferência dez, adentramos no tema do Acordo de Paris e da proteção ao meio ambiente contra as mudanças climáticas. Inicia-se descrevendo o IPCC, um painel intergovernamental que tem como responsabilidade efetuar uma análise sobre as informações científicas acerca dos riscos de alterações climáticas pela ação humana, incluindo os potenciais impactos e caminhos para mitigá-los, de modo que observa-se aqui uma conexão entre a ciência e a política voltados para o meio ambiente, e é através dos relatórios produzidos por especialistas indicados que os representantes dos Estados-membros tomam conhecimento do contexto climático atual.

Parte-se depois para a ECO-92 e a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, das quais extraem-se dois princípios: a) da precaução, segundo o qual a certa

incerteza científica não possa eximir a responsabilidade dos membros de tomar medidas preventivas e mitigadoras; b) das responsabilidades comuns porém diferenciadas, que estabelece diferentes objetivos para garantir uma abordagem multifacetada, e não moldada apenas para um país. Nessa mesma linha, o Protocolo de Quioto surge para garantir uma redução substantiva das emissões de gases, o que resulta em planos de implementação conjunto, mas ao mesmo tempo cria um comércio de emissões que diminui a efetividade da redução das emissões pelos países signatários.

Abordando agora o Acordo de Paris, este determina um limite ao aquecimento global médio, que deveria se manter em até 2 °C acima da média histórica global. Para alcançar essa meta, os países estipularam metas próprias de redução de emissões de gases-estufa, denominadas de Contribuições Nacionalmente Determinadas, de modo que o Brasil estabeleceu a meta de uma redução de aproximadamente 45% até 2030. Apesar disso, o monitoramento das metas dos países-membros através do Global Stocktake apresenta uma tendência de aquecimento de 3 °C até 2100, bem acima do limite imposto.

Apesar disso, a palestrante Thelma Krug não apresentou os empecilhos às transformações para evitar a mudança climática. Os efeitos que uma reviravolta brusca teria no âmbito econômico não podem ser previstos com certeza. Os impactos na taxa de desemprego e em determinadas áreas como a de mineração, assim como a de geração de energia, especialmente através de combustíveis fósseis, poderia incapacitar economias dependentes dessas áreas, de modo que é preciso otimizar a abordagem sobre a mudança climática, prestando atenção também aos aspectos econômicos.

Na conferência onze, a palestrante Viviane Romeiro compartilha de sua experiência no World Resources Institute, que prega pela promoção do meio ambiente em conjunto com o desenvolvimento econômico sustentável. Em face das novas crises que enfrentamos, a nova era que se encontra atualmente em construção necessitará de uma abordagem diferente no campo econômico. Isso decorre do modelo exploratório que cria grandes atrasos na sociedade que resultam na desigualdade imensurável que o Brasil vive hoje.

A economia verde que o WRI almeja garantiria ao Brasil um aumento das vagas de emprego no país na quantia de 2 milhões, e proporcionaria um aumento de 2,8 trilhões de reais no Produto Interno Bruto no país, sem contar a redução de custos para a saúde pública e outras áreas que sofrem dos efeitos deletérios de uma exploração desenfreada pelo capital privada sobre os recursos naturais. A partir da inserção do conceito de um tripé sustentável, fundamentado pela energia inteligente, infraestrutura de qualidade e agropecuária resiliente, é possível as externalidades negativas das atividades econômicas sejam mitigadas ao mesmo tempo que as vantagens comparativas sejam

potencializadas, reduzindo então os riscos produtivos e reputacionais. Isso ocorre em razão da infraestrutura interna deficiente, que necessita de grandes aportes monetários mas que não sustenta grandes eventos. Observa-se então que a infraestrutura não é párea para a capacidade produtiva do Brasil, e isso se soma à vulnerabilidade climática que prejudica a agropecuária em face da “atrofia” do meio ambiente que sustenta esse setor, como é o caso dos 150 milhões de hectares de pastagens que apresenta certa degradação. É imperativo, então, que se façam investimentos nos setores de infraestrutura e agropecuária guiados pela premissa da sustentabilidade, que criarão a base nacional sustentável necessária para o aumento de nossa capacidade produtiva concomitantemente com a proteção ao meio ambiente, em face das políticas verdes. A aplicação desse projeto permite ao Brasil que diminua significativamente seus prejuízos financeiros em face da falta de infraestrutura e da instabilidade climática, ao mesmo tempo que garante um futuro mais ecológico não apenas para o país, mas para o mundo todo.

Apesar disso, a palestrante não tocou no assunto das relações de emprego, que têm sofrido uma progressiva precarização. Quanto mais buscamos a produção como um fim em si mesmo, mais retiramos do processo produtivo o elemento humano. Não só aquele deve ser apenas um meio para que possamos, como sociedade, desfrutar do bem-estar, mas este deve ser colocado em primeiro lugar. Nesse sentido, é necessário que protejamos cada vez mais contra abusos os trabalhadores que dão a força aos nossos setores da economia, para que estes não estejam sujeitos à exploração por parte dos detentores do capital.

A conferência doze, concernente ao dia 5/11, enquadra o novo assunto que será tratado no curso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em primeiro lugar fica claro que a adoção desses paradigmas globais depende de uma “centralização” de metas a partir de uma instituição, a qual não responde aos anseios do mundo inteiro, mas apenas das potências. Assim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam certa incompatibilidade com o contingente global, e isso ocorre como reflexo de uma globalização desigual, que não é para todos, como o professor Dallari expõe.

Em resposta a essas frustrações e esses anseios ressurgem o populismo, que prega a nação e seu povo em primeiro lugar, à lá “America First”, rejeitando ou colocando em segundo plano o diálogo internacional. As políticas isolacionistas resultantes apenas contribuem para a instabilidade política que observamos no âmbito global. É assim que se passa a observar uma elevada polarização na esfera política dos diversos países que são vítimas desses movimentos demagógicos e simultaneamente “populares e elitistas”.

Apesar disso, os professores não mencionaram a importância dos movimentos internos para a harmonização dos objetivos e relações externas que visam a criar um mundo melhor para o futuro. Nesse sentido, é possível observar quão importante as pressões sociais internas são para que as estruturas arcaicas possam ser demolidas, e no lugar delas erguidas novos pilares, fundados com base na equidade, justiça e diversidade, que comportem as necessidades sociais das minorias, que têm ganhado cada vez mais espaço. Como exemplo desses movimentos necessários, basta olhar para o o Black Lives Matter, que prega a igualdade racial nos Estados Unidos e no mundo, um dos grandes fatores responsáveis pela derrota de Donald Trump nas eleições de 2020.

A conferência treze esclarece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e como eles são mutáveis na medida em que cada país avança na progressão das metas. Isso traz reflexos tanto no setor público, que é diretamente orientado pelo governo que se comprometeu às ODS, quanto no setor privado, que demonstra reflexos nas empresas, que apresentam cada vez mais um caráter de extraterritorialidade dos direitos humanos, proteção ao meio ambiente e compliance, em face aos grandes esquemas de corrupção revelados recentemente.

Esse fenômeno da extraterritorialidade está atrelada a um caráter mais globalizado do direito em si. Observa-se cada vez mais uma internacionalização das normas, que são editadas pelos órgãos internacionais e ratificadas pelos órgãos internos. Assim, a norma internacional passa, após autorização pelo órgão legislativo do respectivo país, a integrar o ordenamento jurídico interno, como qualquer outra norma. Revela-se então uma espécie de padronização normativa dos países que englobam a comunidade internacional. Ao mesmo tempo, a extraterritorialidade garante que fatos e atos que acontecem em um país estejam sujeitos a juízos de valores de diversos outros países, além dos organismos de justiça internacional, como é o caso Odebrecht.

O professor Dallari aponta que podem existir argumentos de que essa padronização normativa e internacionalização dos direitos internos podem ser fruto de uma manipulação imperialista, mas que o movimento que observamos não exclui a política, que deve funcionar como protetora da identidade cultural e racial das respectivas sociedades. Aponta-se, em posição contrária ao professor, que muitas vezes os movimentos imperialistas encontram sustento nas classes detentoras do poder político nas sociedades “subjugadas”, de modo que a política poderia ser simples fantoche em prol da mudança que beneficiaria os países desenvolvidos, que explorariam ainda mais os países subdesenvolvidos.

Em outra nota, os grupos que apresentaram as ODS apresentaram amplos caminhos de abordagem dos problemas mencionados, o que decorre da diversidade interna dos próprios membros

dos grupos. A exemplo, temos o grupo de Inovação e Tecnologia, apresentado por Rodolfo, que fez uma abordagem com maestria dos problemas que o Brasil enfrenta para o desenvolvimento de seu setor de tecnologia, oferecendo uma abordagem multifacetada que visa a incentivar essa produção científica.

A conferência quatorze é iniciada sem considerações iniciais pelos professores, e parte-se diretamente para as apresentações. O primeiro grupo a apresentar traçou um plano para diminuir o desperdício de alimentos com base na ODS 12.3, e apresenta quatro fases, quais sejam, a instauração de parcerias entre o órgão responsável e os fornecedores de alimento, o estabelecimento de uma rede de voluntários e de locais disponíveis para construção desse projeto, implantação de uma logística de recolhimento dos produtos e posterior logística de distribuição para o público-alvo, que consiste na população em situação vulnerável nos centros urbanos, que compõem um total de 10,3 milhões de pessoas com insegurança alimentar grave, segundo o IBGE.

O segundo grupo apresenta um projeto voltado para a erradicação da fome a partir de agricultura sustentável, com fulcro na ODS 2. Utilizando o exemplo da Holanda, que reduziu os custos ao mesmo tempo que dobrou a produção agropecuária através da implantação de estufas e de produções verticais, além da redução de recursos. Para que as metas sejam alcançadas, deverão ser realizadas três fases, subdividas em Parcerias Público-Privadas entre os agricultores familiares e os órgãos estatais, divulgação dos processos seletivos para essas parcerias e, por fim, suporte e acompanhamento da transição para um modelo de agricultura sustentável.

O terceiro grupo, referente à ODS 1, optou por buscar a erradicação da pobreza extrema em todos os lugares, que é classificada quando as pessoas sobrevivem com até 1,25 dólares por dia. À partir de uma abordagem comparativa com a China, que optou por um plano que possuía especificidades para diferentes regiões do país, com fundamentos no desenvolvimento agrícola das áreas mais pobres, assim como o desenvolvimento industrial para a criação de empregos.

O quarto grupo aborda o tema da ODS 16, com foco no acesso público às informações através da proteção de direitos fundamentais ao exercício da atividade jornalística. Essa proteção seria realizada através da criação de um banco de dados de ameaças ao exercício da liberdade de expressão em matérias jornalísticas, que partiria da organização de um Observatório pertencente ao Poder Executivo federal, que executaria uma busca por esses dados, os divulgaria após realizarem um mapeamento regional, que permitiria uma concentração de esforços nas áreas com maior índice delituoso. Seria então formulado um relatório bienal, garantindo constante monitoramento e avaliação pelos órgãos responsáveis pela segurança pública.

Um único aspecto negativo que pode ser apontado das apresentações é o fato de que nenhum deles levantou a possibilidade de forças contrárias aos respectivos projetos. No clima político atual, há chances de que uma interferência da ONU seja respondida com resistência e “contra-ataques”.

Por fim, a conferência quinze visa a encerrar o curso de Temas e Práticas em Relações Internacionais, porém isso não significa o término de uma era, mas sim o início de um novo ciclo, em mais de um aspecto. Adentramos nos “esforços finais” contra a pandemia do coronavírus, com diversas vacinas em reta final, assim como observamos, entre diversas outras fases que se iniciam, a retomada do multilateralismo na maior democracia do Ocidente, segundo o próprio professor Jacques. O professor Dallari então toma as rédeas, deixando claro o objetivo que este curso tinha: agregar conhecimentos e experiências aos mais diversos alunos, que adquiriram novas habilidades em conjunto com uma nova capacidade de compreender a realidade em que vivem.

Keyvan então define uma perspectiva necessária para o cenário econômico atual, que deve ser observado através de uma visão aberta, que não se limita a apenas um interesse, a apenas um objetivo, a apenas um método. É imperativo que se tenha um olhar ampliado, e isso vale não somente para uma atuação econômica, como também para uma análise das relações internacionais, como é o caso da interpretação das ODS como três circunferências concêntricas. Posteriormente, a professora Duran faz uma análise da proliferação da globalização econômica e financeira assim como uma ampliação da esfera de atuação das organizações internacionais, apresentando, ao mesmo tempo, o “contra-fenômeno” da fragmentação da cooperação internacional, que dialoga com o crescimento dos movimentos isolacionistas que o professor Dallari mencionou algumas aulas atrás, mas que apresenta também um aspecto positivo, que é o de diálogo de diferentes modelos nacionais que se traduz na transversalização, que consiste na análise de diferentes assuntos caros ao âmbito internacional e humano com base em uma visão que inspeciona as diferentes interações decorrentes do gênero.

Após a apresentação dos alunos e do vídeo finalizador da matéria, concluímos que a disciplina é feita para os alunos e, ao mesmo tempo, é feita pelos alunos. A matéria foi desenvolvida por ambos os professores com o intuito de transformar seus participantes e também ser transformada por eles. Com isso, termino um ensaio com minha adição própria: apesar dos empecilhos causados pelo ensino à distância, dentre eles a falta de acessibilidade entre os alunos e quadro de docentes e monitores, o curso teve aptidão e, com maestria, conseguiu deixar sua marca. Além de agregar conhecimentos e habilidades novas, acrescentou ao repertório de seus participantes uma visão mais humanista, com reflexo na implantação do multilateralismo, utilizando de diversas opiniões e

“backgrounds” para que fossem formuladas as posições apresentadas no curso e absorvidas pelos alunos.